UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDO DE BRITO TOLEDO

CONTROLES INTERNOS NO PROCESSO DE COMPRAS EM COMPANHIAS DE GRANDE PORTE

UBERLÂNDIA DEZEMBRO DE 2020

FERNANDO DE BRITO TOLEDO

CONTROLES INTERNOS NO PROCESSO DE COMPRAS EM COMPANHIAS DE GRANDE PORTE

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, orientado pelo professor Dr. Wemerson Gomes Borges.

UBERLÂNDIA DEZEMBRO DE 2020

FERNANDO DE BRITO TOLEDO

CONTROLES INTERNOS NO	PROCESSO	DE COMPRAS	EM COMPAN	HIAS DE
GRANDE PORTE				

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de ava	liação	
-	Dr. Wemerson Gomes Borges. Orientador	
	Membro	
-	Membro	

RESUMO

Os controles internos das organizações são importantes para o sucesso organizacional, haja vista que as empresas, expandindo cada dia mais suas atividades, diversificando e ampliando sua produção, adquirindo novos compromissos junto à comunidade, fornecedores, clientes e colaboradores, despertam preocupações no sentido de controlar e obter informações por meio de pessoas que executam as tarefas. Assim, objetivou-se mostrar os tipos de controles e como eles podem ser utilizados para mitigar riscos de fraude e erro no processo de compras de empresas de grande porte, onde o volume de operações é muito grande, e especificamente, descrever os conceitos sobre auditoria; caracterizar o processo decisório nas organizações e ressaltar a importância da auditoria interna nas organizações, por meio através de uma revisão bibliográfica, optando-se pelo método bibliométrico. Foram selecionados 55 artigos para composição da amostra, observando que o controle interno contribui para a confiabilidade da organização, haja vista que proporciona maior segurança no que tange a precisão dos procedimentos realizados, podendo auxiliar no processo decisório, ao prevenir os riscos de fraudes e erros em diversos seguimentos do sistema, evitando-se que maiores transtornos aconteçam. Conclui-se que a maioria dos estudos apresentou uma visão dos controles internos ao setor de compras, dando suporte aos gestores na tomada de decisão, além de interagir com as demais áreas para a consolidação dos dados. Para uma melhor avaliação dos controles internos no setor de compras de grandes organizações, sugerem-se novos estudos, que visem major detalhamento da eficiência de controle interno.

Palavras-chave: Fraudes. Controle Interno. Tomada de decisão.

ABSTRACT

Organizational internal controls are important for organizational success, given that companies, expanding their activities more and more, diversifying and expanding their production, acquiring new commitments to the community, suppliers, customers and employees, raise concerns in order to control and get information from people who perform the tasks. Thus, the objective was to show the types of controls and how they can be used to mitigate risks of fraud and error in the purchasing process of large companies, where the volume of operations is very large, and specifically, to describe the concepts about audit; characterize the decision-making process in organizations and emphasize the importance of internal audit in organizations, through a bibliographic review, opting for the bibliometric method, 55 articles were selected to compose the sample, noting that internal control contributes to the organization's reliability, given that it provides greater security regarding the precision of the procedures performed, and can assist in the decision-making process, by preventing the risks of fraud and errors in different segments of the system, preventing major disorders from happening. It is concluded that the majority of the studies presented a view of the internal controls to the purchasing sector, supporting managers in decision making, in addition to interacting with the other areas for data consolidation. For a better evaluation of the internal controls in the purchasing sector of large organizations, new studies are suggested, aiming at further detailing the efficiency of internal control.

Keywords: Fraud. Internal control. Decision making.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	
2.1 Controles Internos	
2.2 Importância da auditoria interna nas organizações	
2.3 Setor de compras	
3 METODOLOGIA	
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A evolução dos controles internos nas empresas é cada vez mais evidente tanto na área financeira, administrativa e operacional. Aliado ao fato de que as empresas estão vivendo em um ambiente de grande globalização, em que novos desafios surgem a cada dia e nesse espaço de incertezas, a concorrência se torna cada vez mais acirrada, bem como o mercado faz-se infinitamente mais exigente. Fica evidente a busca da eficiência em agregar valor nas organizações, na intenção de conseguir resultados eficazes empregando poucos recursos (ALMEIDA, 2010).

A auditoria interna auxilia a administração na organização, de modo que em empresas de grande porte utilizam-se da auditoria interna para executar trabalhos de avaliação em processos, haja vista que em empresas desse nível as atividades são mais difusas e complexas. Portanto, a partir do momento que o auditor interno encontra-se na empresa torna-se um funcionário, vinculado com a diretoria da organização (FERNANDES; GALVÃO, 2016).

Com isso, a auditoria interna por meio de técnicas e procedimentos específicos auxilia os administradores no processo gerencial, sendo que a função desse profissional vai além de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, bem como verificar as estruturas de controles internos, contábeis e administrativos com a finalidade de aumentar a eficiência operacional, financeira e resguardar o patrimônio. Assim, os auditores internos necessitam do apoio da alta administração e de seus executivos, para que possam executar seu trabalho livres de interferências e com a colaboração dos setores submetidos à análise (LIMA, 2011).

A auditoria interna prepara ainda as organizações para acompanhar os processos que estão cada vez mais dinâmicos em todos os setores das empresas, despertando uma crescente atenção em diversos aspectos, principalmente no que se refere à precisão das informações geradas sendo, portanto, utilizada como ferramenta no processo de gestão por parte dos administradores nas organizações (CREPALDI, 2009).

Nessa visão, Baily et al. (2000) explicam que o setor de compras é uma parte estratégica para a empresa que tem a necessidade de controles em todos os seus processos, com o intuito de reduzir custos e aumentar o lucro, fazendo com que esses controles sejam mais exatos, elevando os resultados por meio das informações geradas.

Evidencia-se que a organização que tem metas e controle internos definidos utiliza-se, da auditoria interna como ferramenta de gestão e o setor de compras é uma parte estratégica para o crescimento e aumento dos lucros. Desse modo, o controle dos processos de compras formalizados deve ser aprovado, e autorizado pelos gestores, obedecendo a limites de valores,

níveis hierárquicos, estoques, qualidade dos produtos e diferentes fornecedores para evitar fraudes (COUTO; COELHO, 2015).

Neste ambiente, a auditoria interna no setor de compras em grandes companhias surge como uma forma de suprir a necessidade que havia no setor que deixou de ser um centro de despesas para ser um centro de lucro, um departamento estratégico da empresa, com processos corporativos e mecanismos eficazes de monitoramento. Diante disso questiona-se: como os controles internos podem ser utilizados para mitigar os riscos existentes no processo de compras de empresas de grande porte?

Os controles internos das organizações são essenciais para o sucesso organizacional, haja vista que as empresas, expandindo cada dia mais suas atividades, diversificando e ampliando sua produção, adquirindo novos compromissos junto à comunidade, fornecedores, clientes e colaboradores, despertam preocupações no sentido de controlar e obter informações através de pessoas independentes daquelas que executam as tarefas. Sendo de intrínseca necessidade que o auditor interno atue como um consultor de processos, procedimentos e até mesmo dos negócios estando atento às novas tendências do mercado em que a empresa atua, buscando participar de forma significativa desse mercado competitivo.

Assim, objetiva-se mostrar os tipos de controles e como os mesmos podem ser utilizados para mitigar riscos de fraude e erro no processo de compras de empresas de grande porte, onde o volume é muito grande, e especificamente, descrever conceitos sobre auditoria; caracterizar o processo decisório nas organizações e ressaltar a importância da auditoria interna nas organizações, por meio de uma revisão bibliográfica.

Justifica-se ao entender que o controle interno é fundamental para ajudar empresas a eliminar desperdícios, simplificar tarefas e reduzir custos, avaliar as políticas, planos, procedimentos e normas legais em vigor e detectar os desvios de sua aplicação pela organização, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos.

Neste ambiente, o próximo capítulo busca evidenciar o acervo bibliográfico sobre o tema como forma de propiciar a discussão sobre controles internos no processo de compras em companhias de grande porte, trazendo dados recentes dos termos que envolvem essa temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são abordados alguns aspectos dos Controles Internos, auditoria interna e setor de compras, buscando formar um arcabouço teórico que sustente a pesquisa.

2.1 Controles Internos

Devido ao Brasil estar em crescente transformação e os sistemas de controle não serem bastante difundidos, o conceito de controle interno, acaba muita das vezes sendo incipiente (ATTIE, 2009). Almeida (2009) ressalta que o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos que busca proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

De modo geral, controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração para elevar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidos, assim, a alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar sua concretização (NASCIMENTO; REGINATO; ARRUDA, 2013).

Destaca-se que um sistema de controle interno se projeta além das questões diretamente relacionadas com as funções dos departamentos de contabilidade e de finanças, sendo fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que um sistema de controle interno minimiza a possibilidade de erros e anormalidades. Essa indicação está incorporada nas normas de auditoria, reforçando a importância da avaliação do sistema de controle das empresas, pelo auditor, com base na determinação da natureza, extensão e oportunidade dos exames a serem aplicados (ATTIE, 2009).

De acordo com Almeida (2010), o controle interno tem como objetivos básicos, a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; propiciar uma estrutura operacional eficiente para que se alcance a eficácia das organizações; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes. Evidencia-se que o sistema de controle interno é uma combinação de políticas, procedimentos, sistemas operacionais, de informação e outros instrumentos, mantidos pelas organizações e deve ser estabelecido por determinação dos proprietários, controladores ou administradores (ATTIE, 2009).

O controle interno é responsabilidade de todos nas organizações, devendo ser eficientes em termos de funcionalidade e rapidez de resposta. Um sistema de controle interno pode incluir o controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e auditoria interna (ARRUDA et al., 2017).

Um adequado sistema de controle interno deve ser confiável; estar adequado à realidade, complexidade e porte da empresa; ser estável para propiciar um adequado ambiente de controle, e flexível o suficiente para permitir modificações que contribuam para a rápida adaptação da empresa ao novo ambiente de negócios; possibilitar o acompanhamento e o controle tempestivo das atividades, processos de negócios e ciclos de transações; propiciar a salvaguarda dos ativos; permitir a otimização no uso dos recursos, prevenir e detectar roubos e fraudes (ALMEIDA, 2010).

Um sistema eficaz de controle interno deve verificar se a qualificação profissional dos empregados é compatível com suas atribuições; se a estrutura contábil é adequada e se existe uma hierarquia organizacional (LIMA, 2011). Almeida (2010) esclarece que existem dois tipos de controles internos mais relevantes, os controles contábeis que envolvem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis e os controles administrativos que envolvem o plano de organização e todas as táticas que dizem respeito à eficiência operacional.

O controle administrativo corresponde àquele direcionado em atingir os objetivos da organização, os quais são vislumbrados frente à eficácia; a eficiência e obediência às diretrizes da alta administração e em controles contábeis, que representam a fidelidade da informação em relação aos dados com o objetivo de proteger os ativos da empresa; segurança física e lógica; confidencialidade (*Privacy*) e a obediência à legislação em vigor (SCHMIDT; SANTOS; MARTINS, 2014, p.37).

Todavia, nota-se que a maioria das empresas não tem os devidos controles internos, que é uma ferramenta fundamental para a sobrevivência das empresas e quando aplicada, pode mitigar ocorrências de irregularidade, visando facilitar o acesso de colaboradores às informações institucionais transformando-os em membros comprometidos e efetivos na busca de melhores resultados (SILVA, 2019). Melo e Santos (2017, p.12) ressaltam que a aplicabilidade de controles internos pode trazer maior segurança, confiabilidade e fidedignidade dos valores processados dentro do sistema operacional da companhia, evidenciando esses resultados para a organização como um todo.

Com isso, a implantação de um sistema de controle interno, quando bem estruturado pode gerar maior credibilidade, fazendo com que as informações possam ser transmitidas de forma segura, reduzir os riscos e prevenir as fraudes. Todavia é necessário que se faça um acompanhamento constante, apontando os erros e as falhas e propondo sugestões de melhorias nas atividades do dia a dia das empresas (CREPALDI, 2011, p.385). À medida que o fluxo

de informações vai crescendo torna-se necessário a constituição de um controle interno mais efetivo, de forma que os objetivos da empresa possam ser atendidos, e as informações contábeis possam ser transparentes com maior credibilidade possível. Diante dessas afirmações, Almeida (2010, p.5) completa que "com a grande expansão dos negócios, percebeu-se a necessidade de dar maior importância às normas ou aos procedimentos internos, devido ao fato do administrador, não poder supervisionar pessoalmente todas as atividades".

A partir deste contexto evidencia-se que os controles internos tem grande importância em ambientes corporativos, sendo assim o próximo tópico aborda conceitos e o papel da auditoria interna nas organizações.

2.2 Importância da auditoria interna nas organizações

A auditoria é o método pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações contábeis, analisando os critérios e procedimentos contábeis adotados em sua elaboração, e se estes estão de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade (IMONIANA, 2016).

Attie (2016) ressalta que o processo de auditoria é apresentado como uma revisão dos históricos relacionados ao sistema financeiro, registros, transações e atividades de uma organização ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras.

De acordo com Almeida (2010) a auditoria também tem como escopo identificar possíveis deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro, apresentando recomendações para melhorá-los. Os tipos de auditorias diferem-se de acordo com objetivos, bem como as atividades para os quais se utilizam as auditorias e dos relatórios que se espera receber dos auditores.

Segundo Oliveira (2015), a auditoria é a análise detalhada e sistêmica das atividades realizadas em uma empresa, com o intuito de apurar a conformidade com relação à execução das atividades, avaliando se foram implantadas de forma eficaz e adequadas à consecução dos propósitos, ou seja, a auditoria contábil compreende o exame de documentos, livros contábeis, registros, além de realização de inspeções e obtenção de informações de fontes internas e externas, tudo relacionado com o controle do patrimônio da entidade auditada.

Ainda sobre este aspecto, Almeida (2010) esclarece que as auditorias têm por objetivo averiguar os registros e demonstrações contábeis referentes aos eventos que alteram o

patrimônio da organização, e a representação desse patrimônio. Nota-se que o trabalho de auditoria é dividido em diversas etapas, nas quais são determinados procedimentos a serem seguidos, baseados em normas e padrões, reforçando que os métodos de auditoria são técnicas utilizadas pelo auditor para obter as informações necessárias para emitir opinião sobre as demonstrações contábeis.

O auditor para realizar seu trabalho eficientemente deve-se preocupar em obter os maiores números de informações possíveis sobre o meio de investigação e emitir o relatório o auditor precisa delinear o trabalho, revisar controles internos, ponderar contas do balanço patrimonial, para que possa determinar a amplitude do trabalho, os métodos a serem utilizados na auditoria (IMONIANA, 2016).

Lima (2011) elucida que a auditoria tem normas a serem seguidas, as quais são determinadas por órgãos reguladores que buscam padronizar e qualificar o trabalho de auditoria, com intuito de exigir padrões do comportamento do auditor como profissional, da execução e do relatório do seu trabalho.

Sobre a auditoria interna nas organizações, como um processo de tomada de decisões, Almeida (2010) relata que essa deverá possuir uma independência total e completa, uma vez que implica a liberdade para executar seus trabalhos inclusive na esfera financeira. Em termos gerais, vislumbra-se que a auditoria interna, sendo parte da empresa e recebendo suporte desta, necessita abrir mão de alguma independência, visto que o auditor interno é um funcionário da própria empresa.

De acordo com Arruda et al. (2017), a auditoria interna deve estar vinculada hierárquica e diretamente à cúpula administrativa da empresa, a quem fornecerá uma visão da atuação das partes com relação a missão empresarial liberando subsídios adequados de otimizar a ação dos seguimentos administrativos e maximizar o resultado global da organização.

Oliveira (2015) explica que a auditoria interna é um trabalho que tanto envolve a área operacional, através da condução dos trabalhos realizados, quanto à área administrativa, devendo ser realizada de modo compartilhado com os profissionais da administração, mantendo, com isto, uma consonância de objetivos a fim alcançar a eficácia das rotinas e operações envolvidas.

A responsabilidade da auditoria interna é auxiliar a organização de modo condizente com as normas para exercício profissional da auditoria interna (Normas Brasileiras para a Auditoria Interna, publicadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, em 11/92 e pelas

Normas Profissionais do Auditor Interno - NBC P3, publicadas através da Resolução CFC n.º 781 de 24/03/95) (FERNANDES; GALVÃO, 2016).

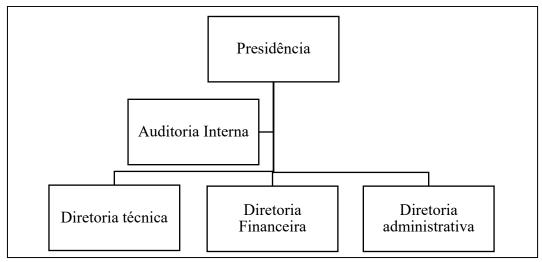
Franco e Marra (2011, p.219) ressaltam que a auditoria interna é exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente, inerente do seu vínculo à empresa, devendo cumprir sua função com absoluta independência profissional, obedecendo às normas de auditoria. Crepaldi (2013, p.65) complementa que a auditoria interna estabelece o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas contábeis, financeiras e operacionais da organização.

Além auxiliar e dar garantias aos administradores quanto às informações geradas pela contabilidade, para certificar se elas estão de acordo com os aspectos legais, a auditoria interna visa minimizar as fraudes e erros, para que a empresa consiga adequar seus processos adquirindo confiabilidade perante o mercado, trazendo integridade das informações e registros, verificando a eficácia dos controles internos (SILVA, 2019).

Crepaldi (2013, p.65) menciona que o setor de controles internos tem como responsabilidade tornar os processos da empresa mais seguros, ágeis e com maior confiabilidade, e dessa forma contribui com a gestão, auxiliando para que a empresa não tenha perdas, favorecendo o entendimento das deficiências do setor e sugestões de melhorias.

Para Queiroz (2009, p.12), a auditoria interna faz a revisão, avaliação e acompanhamento dos controles internos, buscando o melhor cumprimento das políticas traçadas pela administração, verificando se estão sendo cumpridas as normas fundamentadas em lei para cada atividade, estando focada em examinar as documentações e tirar suas conclusões com relação ao que foi verificado, posicionando a gestão quanto à situação da empresa. Na Figura 1, observa-se um organograma organizacional da auditoria interna.

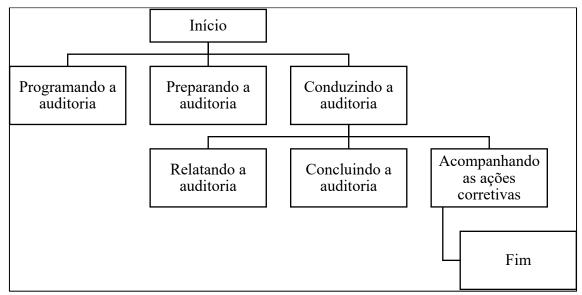
Figura 1 – Organograma de auditoria interna.



Fonte: Almeida (1996, p.25).

De acordo com Galo e Barbosa (2010), a empresa que utiliza as ferramentas de auditoria interna é beneficiada na questão de liderança, estabelecendo etapas, objetivos concretos, chegando a resultados fundamentais para alavancar a empresa, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2- Etapas dos procedimentos de auditoria.



Fonte: Ramos (2017).

Lima (2011) explica também que o processo de auditoria interna das empresas compreende a coordenação das atividades da auditoria local com as das demais unidades, visando atingir com maior facilidade seus objetivos, assim como os da organização. Assim, de modo a auxiliar as organizações a atingirem seus propósitos, a auditoria desenvolve

ferramentas de controle organizacionais e operacionais, de modo a gerir de forma ágil as transações econômicas e financeiras das atividades organizacionais.

Neste ambiente, o próximo item busca apresentar o setor de compras, ao evidenciar que a auditoria se apresenta como forma de confirmar a precisão das informações registradas, a fim de proporcionar confiabilidade nos dados levantados, possibilitando melhores tomadas de decisões.

2.3 Setor de compras

O setor de compras é fundamental para a empresa, pois relaciona-se diretamente a redução de custo e por consequência aumento da lucratividade e quando repassado, aumenta a competividade no mercado (CAMPOS, 2010). O departamento de compras é utilizado pelas organizações com o intuito de possibilitar um apoio, no que diz respeito a um melhor resultado.

É observado que garantir o bom funcionamento desse setor, traz grandes oportunidades na obtenção de produtos e serviços, pois esse departamento pode ser considerado como importante ajudante interno, pois ele é responsável por ditar regras sobre o que é realmente desejado e definir a especificação do produto. Seguindo na mesma direção, podemos definir, num amplo sentido que um departamento de compras tem como objetivos adquirir bens e serviços, na qualidade desejada, no momento preciso, pelo menor custo possível e na quantidade pedida (DIAS; COSTA, 2003, p. 15).

Segundo Costa (2002), em cada compra realizada é necessário existir um histórico que irá conter todos os dados do processo, para facilitar a rastreabilidade e no processo subsequente para facilitar no processo de negociação. Esse setor também tem a responsabilidade de estipular os prazos dos produtos à disposição dos solicitantes nas datas estabelecidas e qualquer erro, o prejuízo poderá ser incalculável. Isso mostra que o setor deve estar atento nos prazos, pronto para atendê-los conforme programação. Na condição de compradores profissionais, deve ser investido todo o esforço visando, sempre, o menor custo possível.

O processo de compra não se trata exclusivamente de negociações financeira, mas de um bom relacionamento com fornecedores para que tudo que for orçado e combinado seja cumprido. Além do que, em situações de urgência será necessária a colaboração dos mesmos para que situações sejam resolvidas. É necessário existir definições e parametrizações no

processo de compras, para que se aumente a margem de lucro, minimize os erros que podem gerar prejuízos financeiros para a empresa, reduzir também a falha na gestão de estoque e por último até a insatisfação dos clientes (IMONIANA, 2016).

Sobre isso, Coqueiro (2011) esclarece que os controles devem ainda certificar que a empresa não está pagando dividas indevidas e assegurar que essas contas sejam pagas rigorosamente nas datas de vencimento.

No Quadro 1 é possível vislumbrar os controles internos e questões de avaliação no setor de compras.

Quadro 1- Controles Internos dos Ciclos Operacionais no setor de compras.

SETOR DE COMPRAS	 Determinação das alçadas de compras; Determinação de escalas de preços a serem aprovadas, em diferentes alçadas; Obtenção de, no mínimo, três cotações de fornecedores para a decisão de compra; Contagem física dos produtos na entrada da empresa e confronto com as quantidades emitidas na nota físcal; Confronto das informações da nota físcal de compra com o pedido e a autorização de compra; Verificação e contabilização dos tributos recuperáveis sobre as compras; Verificação do lançamento automático pelo sistema de entrada dos insumos no estoque e na realização dos lançamentos contábeis; Definição da sistemática de estocagem dos produtos, bem como conferência da contabilização;
AVALIAÇÃO	• O sistema de controles assegura que sejam formalizadas apenas as compras previamente aprovadas e nas melhores condições de mercado? • Os controles internos garantem que os bens que passam a ser de propriedade da empresa ou os serviços a ela prestados sejam as obrigações resultantes dessas transações imediatamente contabilizadas? • O funcionário da contabilidade, que emite o voucher de lançamento contábil, confere a sequência numérica dada nas notas fiscais?

Fonte: adaptado de Almeida (2010, p.53-54).

De acordo com Santos et al. (2019, p.23) as ferramentas para um controle interno de compras são:

Cadastro de fornecedores sempre atualizados; Procedimentos de cotação de preços formalizados; Mapa de licitação; Política de alçadas para a realização de compras; Avaliação de fornecedores — como cumprimento da data da entrega, condições de pagamentos, qualidade dos produtos/serviços, etc.; Realização de compras mediante pedido de compra, devidamente autorizado pelos responsáveis; Acompanhamento da posição atualizada do estoque; Acompanhar condições contratuais; Verificar a adequação da compra; Controlar os adiantamentos a fornecedores; Confrontar a nota fiscal com o pedido de compra; Nas requisições de compras, o comprador deve conferir a sequência numérica das requisições; Nos pagamentos a fornecedores, deve-se ter evidência de que o serviço foi prestado ou a mercadoria foi recebida; Programação financeira dos pagamentos e confronto com os dados contábeis.

Outro ponto fundamental é a quantidade pedida, de nada valeria todos os quesitos acima, se o material não for entregue na quantidade solicitada. Isso comprova que, se a quantidade requisitada não estiver colocada por inteiro à disposição do solicitante, ainda não estará terminada a missão do setor de compras (DIAS; COSTA, 2003, p. 16).

Nessa direção, a função de compras nas organizações vai além do desempenho burocrático e operacional propriamente dito, não restringindo-se somente na emissão de pedidos, cotações e acompanhamento do *timing* das aquisições e contratação de serviços. Em seguida, são descritos os aspectos metodológicos com intuito de nortear o caminho da pesquisa, para responder o escopo desse estudo.

3 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, optou-se pelo estudo bibliométrico de caráter exploratório por esclarecer e explorar condições existentes referentes ao tema, quantitativa pela técnica de coleta de dados para balizar a análise e de caráter documental pela análise de material visando descobrir circunstâncias sociais ou econômicas com os quais eles possam estar relacionados (RICHARDSON, 1999).

A abordagem metodológica adotada é descritiva, que segundo Beuren (2008) realizase a análise, o registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador. Para categorizar os dados, optou-se pelo método bibliométrico. A Bibliometria é uma técnica que surgiu no início do século XX como uma resposta a necessidade de estudos e avaliações da produção e comunicação científica. Caracteriza-se por elaborar índices de produção do conhecimento científico e se pautam na investigação do comportamento do conhecimento e da literatura como parte dos processos de comunicação (SPINAK, 1998). Oliveira et al. (2013, p.2) ressalta que a pesquisa bibliométrica se constitui como um "recurso para transmissão da produção científica, em que sua finalidade é alcançada mediante a aplicação de uma técnica capaz de medir a influência dos pesquisadores ou periódicos, permitindo traçar o perfil e suas tendências, além de evidenciar áreas temáticas".

Os critérios de seleção dos artigos foram: no período de janeiro 2010 a janeiro de 2020, sendo realizada na base de dados Scielo. Os descritores utilizados durante a busca de dados foram Controle Interno; Setor de compras; Empresas de grande porte, utilizando o operador booleano and.

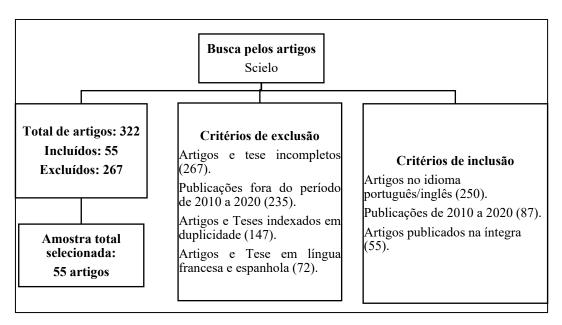
Foram estabelecidos como critérios de inclusão de artigos: apenas os artigos relacionados com o tema, em idiomas português e inglês, que foram disponibilizados on-line na íntegra. Todos os estudos obtidos a partir dos descritores selecionados na estratégia de busca foram avaliados pelos títulos e pelos resumos, optando-se pela inclusão ou não dos artigos na revisão. Esses critérios foram definidos para filtrar artigos relevantes, que respondessem o objetivo da pesquisa.

A seguir são evidenciados os resultados da pesquisa, através da análise de dados descritivos, como citado no aporte teórico do estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na pesquisa realizada na base de dados Scielo, foram encontrados 322 artigos e teses, em seguida foram aplicados os critérios de inclusão, sendo observados que apenas 55 artigos estavam dentro dos parâmetros delimitados para inserção no estudo, sendo, portanto a amostra do estudo, conforme descrito no fluxograma (Figura 3).

Figura 3 - Fluxograma do processo de busca dos artigos, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e composição final da amostra.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os periódicos onde os artigos foram publicados foram diversos, destinados à publicação sobre temas relacionados aos tipos de controles e seu uso, visando à redução de riscos de fraude e erro no processo de compras de empresas de grande porte. Os periódicos são vistos como instrumentos criados para a produção, publicação e difusão do conhecimento em diversas áreas, inclusive a contábil, possuindo como missão disseminar o conhecimento científico, desenvolvido por pesquisadores e trabalhadores da área. Na Tabela 1, é vislumbrada uma síntese dos estratos do Qualis em que as revistas da amostra do estudo se enquadram.

Tabela 1- Periódicos por Qualis A2 a B4 na área de controladoria- Controles Internos em empresas de grande porte.

QUALIS	Total de Periódicos	%
A2	11	20,0%
B1	29	52,6% 16,3%
B2	9	16,3%
В3	2	3,7%
B4	4	7,4%
TOTAL	55	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Levando em consideração o grau de relevância dos periódicos em certa área do conhecimento, na Tabela 2, observa-se que os periódicos que tiveram maior quantidade de artigos publicados sobre o tema foram: Revista Contabilidade e Finanças e Revista Enfoque: reflexão contábil, com 13 e 9 artigos, respectivamente, em que os resultados indicam que

esses são os periódicos mais utilizados por pesquisadores para a divulgação de pesquisas relacionadas com essa temática.

Tabela 2- Quantitativa de periódicos na área de controladoria- Controles Internos em empresas de grande porte.

Periódico	Quantidade de artigos publicados	Proporção por Periódico
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	6	10,9%
Revista Contemporânea de Contabilidade	5	9,1%
Revista Contabilidade e Finanças	13	23,7%
Revista Contabilidade e Organizações	7	12,7%
Contabilidade Vista e Revista	7	12,7%
Administração Pública e Gestão Social	8	14,5%
Enfoque: Reflexão Contábil	9	16,4%
Total	55	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre o grau de relevância dos autores, em certa área do conhecimento, levando em consideração a Lei de *Bradford* (GUEDES; BORSCHIVER, 2005), revelou que a amostra analisada apresentou um total de 32 autores, das mais variadas titulações, como graduandos, especialistas, mestres, doutores e doutorandos, o que ocorre devido às funções desempenhadas por esses profissionais no controle interno de pequenas e grandes organizações. Sobre os indicadores de gênero dos autores, a maioria é masculino (64%) e o gênero feminino representa 36% dos autores, o que denota maior expressividade de homens no campo científico, revelando que estes produziram mais artigos sobre controle interno em empresas de grande porte nesse período (2010-2020).

Com relação à tipologia do artigo, no que refere à modalidade da pesquisa, destaca-se o estudo exploratório (96%) e quanto à abordagem, predomina a qualitativa (95%).

Visando atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar, seguem-se os dados acerca do tema em estudo, controle interno utilizado para mitigar riscos de fraude e erro no processo de compras em empresas de grande porte.

Peleias et al. (2013) buscaram identificar e analisar as características de artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos no período de 2001 a 2011, aplicando a Lei de Lotka, constatando que não havia, nos dois eventos, uma elite de pesquisadores contábeis estudando e publicando sobre Controle Interno e Gestão de Riscos, o que contrasta com os artigos encontrados nesse estudo, em que os profissionais contábeis e estudantes se destacaram na produção científica sobre Controle Interno em organizações de grande porte. Em concordância (35%) dos autores levantados na amostra de pesquisa, tiveram resultados semelhantes ao de Beuren e Zonatto (2014) que objetivaram analisar o perfil de artigos no período de 1983 a 2011, sobre controle interno no setor de compras de grandes empresas no setor público, observando acréscimo na produção científica sobre a temática.

Roza, Machado e Quintana (2011) destacam que estudos sobre o controle interno aplicado ao setor público e privado evidenciam a preocupação dos pesquisadores com as diferentes questões que envolvem o contexto da sociedade, sendo que é nesses estudos que se busca identificar questões importantes sobre a eficiência dos serviços prestados, a qualidade dos mesmos e a sustentabilidade das organizações.

Em uma perspectiva prática, entende-se que o controle interno no setor privado deve ser compreendido de maneira mais ampla, como o plano organizacional desenvolvido a partir de um conjunto de ações integradas com o propósito de planejar, projetar, implementar, acompanhar, avaliar e controlar as ações desenvolvidas pelos gestores, subsidiando o processo decisório e oportunizando o desenvolvimento de ações com vistas a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela organização (REHMAN et al., 2010; CARLSSON-WALL, KRAUS E LIND, 2011).

Baseado nos dados coletados, 96% dos estudos identificou que o setor privado foi à área mais abordada nos artigos envolvendo controles internos, com ênfase para empresas de grande porte. Destaca-se que sobre a exigência de um sistema eficiente de controle interno nas instituições financeiras, 93% dos autores concordam que são escassos os trabalhos envolvendo controles internos em contextos empresariais, destacando os periódicos, Revista Contabilidade e Organizações e Revista Brasileira de Gestão de Negócios, nos anos de 2010-2016. Sobre isso, Fernandes, Kroenke e Söthe (2010), destacam que todas as organizações, sejam públicas ou privadas estão sujeitas a diversos tipos de riscos, entre eles, os operacionais que estão associados às falhas de sistema, erros, fraudes e deficiências, sendo necessário possuir um controle interno adequado.

Nascimento, Reginato e Arruda (2013) destacam que para se ter um Controle Interno adequado é necessário que ele seja bem estruturado pela administração, com medidas de efetividade e de custos razoáveis, que venham a fornecer uma razoável margem de garantia, minimizando o nível de erros e irregularidades, permitindo que as metas traçadas sejam cumpridas de forma eficiente, com redução de custos, sendo elementar que haja um plano de organização; um sistema de autorização e procedimentos e equipe qualificada.

De um modo geral, a maioria dos trabalhos estudados na pesquisa (62%) buscou revisar estudos anteriores, normas e conceitos relativos ao controle interno e o próprio setor de compras, de modo que 38% dos artigos basearam-se em estudos aplicados em organizações. Sobre a importância do controle interno frente á redução de fraudes, 98% dos autores enfatizaram a importância do relatório emitido e o nível de segurança oferecido pelo controle interno.

Nessa inferência, Carvalho e Oliva (2016) destacam que para garantir a sobrevivência da empresa, é necessária a criação de um controle interno para proteger o seu patrimônio, o qual é uma ferramenta de relevância para a manutenção da empresa no mercado, haja vista que alicerça toda a estrutura organizacional, visando eficácia nos processos com confiabilidade.

Em suma, Castro, Amaral e Guerreiro (2019) complementam que relatórios gerenciais inconsistentes apresentam falta de exatidão e confiabilidade nas informações, sendo que as causas podem ser erros de interpretação, má aplicação das normas ou procedimentos, fraudes, falta de controle de alguns setores considerados áreas de risco, instrução inadequada dos colaboradores, negligência na execução de tarefas, sendo que por meio da implantação do controle interno podem-se diminuir os desperdícios, associando confiabilidade e qualidade nos processos, ressaltando ainda que a contabilidade é mais precisa quando a empresa possui um controle interno eficiente, assim, o processo de controle interno produz e usa informações que permitem manter uma organização orientada para seus objetivos, prover ao empresário segurança de que a condução dos negócios está controlada.

Estudos como os de Raghavan (2011) e Koopman (2011), identificaram as razões, as atribuições e as responsabilidades das empresas frente aos riscos e fraudes, observando que na maioria dos casos, as fraudes e as falhas estão associadas à ausência de controle interno efetivo, o qual contribui para a melhoria dos processos de gestão empresarial, favorecendo a melhoria dos serviços prestados e dos recursos aplicados.

Neste ambiente, 95% dos autores concluíram que o controle interno contribui para a confiabilidade da organização, haja vista que proporciona maior segurança no que tange a precisão dos procedimentos realizados. No que se referem aos procedimentos operacionais, os autores em sua totalidade afirmam que os supervisores devem ser capacitados para que haja um melhor controle dos procedimentos e para que a possibilidade o erro seja minimizada, devendo fazer as sugestões necessárias a cada setor para que estes corrijam suas eventuais falhas, acompanhando, portanto, todo o processo.

Sobre isso, Silva et al. (2015) destacam que o objetivo da implantação do controle interno é alcançar resultados positivos para empresa, sendo a administração da empresa responsável pela verificação do seu cumprimento e por sua constante modificação e aperfeiçoamento, com isso, o supervisor deve estar em constante observação e acompanhamento das atividades realizadas nos setores.

Arruda et al. (2017) esclarece que em empresas de grande porte o controle interno pode auxiliar no processo decisório, ao prevenir os riscos de fraudes e erros em diversos seguimentos do sistema, evitando-se que maiores transtornos aconteçam.

Desse modo, Vidal e Silva (2016) relatam que uma organização que investe no seu controle interno poderá alcançar a eficácia no processo, realizando avaliações periódicas que lhe permitirão implantar ações de caráter preventivo e corretivo, permitindo o seu contínuo aprimoramento, de forma que quando bem utilizado, o controle interno garantirá o bom funcionamento das operações previamente estabelecidas, possibilitando a transparência das demonstrações financeiras, resguardando os ativos da organização.

Todos os autores acreditam que o controle interno traz um grau de confiabilidade elevado, devido à autonomia que o mesmo possui dentro da organização. Sobre os tipos de controles, de acordo com Nascimento, Reginato e Arruda (2013), existem dois tipos de controles internos, os quais são denominados como controle interno contábil e controle interno administrativo, o primeiro está associado aos métodos e o segundo a eficiência operacional do método, o que é relevante ao estudo por permitir compreender os aspectos inerentes ao controle interno em organizações de grande porte.

Nessa perspectiva, Castro; Rocha e Oliveira (2011) enfatizam que um controle interno eficiente proporciona ao administrador segurança, podendo ser avaliado por um auditor externo, que com sua experiência analisará todo o controle, emitindo um parecer que dará credibilidade para a organização, pois a auditoria plica procedimentos fundamentados por órgãos reguladores e princípios estabelecidos por legislação nacional e internacional.

Desta forma, os controles administrativos estão acoplados com o processo operacional e cumprimento da política institucional, enquanto os controles contábeis estão relacionados aos registros, demonstrações contábeis e a proteção patrimonial (SILVA, 2019). Essa informação é relevante para o estudo, uma vez que ele abrange o controle interno de empresas. O controle interno vem sendo uma ferramenta de extrema importância para as empresas, pois através dele obtêm-se informações com maior precisão e confiabilidade, podendo fazer uso dos dados gerados por seus diversos setores com confiança, auxiliando na tomada de decisão (SANTOS; VILAS BÔAS; MORAES, 2019).

Andreaola e Floriani (2011) mencionam a necessidade da adoção de controles internos pelas empresas, a fim de mitigar os riscos de erros e de fraudes no processo da área de compras, ressaltando fraudes relacionadas ao processo de compras, como o uso de segunda via de nota fiscal, pagamento duplo, notas fiscais não verídicas, desvio de estoques, além de fraudes envolvendo a qualidade dos produtos adquiridos.

Ao enfatizar a importância do controle interno no setor de compras, 91,8% dos autores consideram como uma ferramenta importante, sendo essencial que as pessoas que tem acesso a essas informações saibam do seu poder na tomada de decisões, acreditando-se que por ser uma empresa de grande porte, com o apoio do controle interno. Nota-se que 90% dos autores acreditam que o principal objetivo das demonstrações contábeis seja refletir a verdadeira situação da empresa, servindo de auxílio aos usuários internos e externos para ver a situação econômica da organização, o que denota a importância da auditoria.

De acordo com Peleias et al. (2013), a auditoria interna e a externa trabalham em conjunto, com a área de controladoria na avaliação dos processos, em que a auditoria é realizada de acordo com as normas brasileiras, exerce julgamento profissional, mantendo o ceticismo ao longo da auditoria. Nesse ambiente, 97% dos autores identificam os riscos de distorções relevantes nas demonstrações, independente se causados por fraude ou erro, sendo papel elementar do controle interno, a confiabilidade dos dados.

Para Attie (2016, p.195), o controle interno possui três alicerces, como "salvaguardar os interesses da empresa; precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais e estímulo à eficiência operacional". Nessa esfera, Oliveira et al. (2013) mencionam que a auditoria interna é importante para as organizações, devendo o setor de controle interno estabelecer diretrizes a serem tomadas pela administração da empresa, a fim de evitar e/ou minimizar possíveis erros ou fraudes.

Após a apresentação e discussão dos resultados, no próximo tópico apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mostrar os tipos de controles e como os mesmos podem ser utilizados para mitigar riscos de fraude e erros nos processos de compras de empresas de grande porte no período compreendido entre 2010 a 2020. O desenvolvimento do estudo buscou explorar acervos sobre o assunto em questão, acrescentando o entendimento de como controles internos podem contribuir com a redução de riscos no setor de compras de empresas de grande porte. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa exploratória, como forma de abranger literaturas em um amplo espectro.

Após análises do diverso acervo de literaturas, constatou-se que os controles internos podem ser utilizados para mitigar os riscos existentes no processo de compras de empresas de grande porte ao compreender-se o plano de organização, métodos e procedimentos relativos à

salvaguarda dos bens, direitos e obrigações, e consequentemente, da fidedignidade dos registros financeiros.

Em relação aos procedimentos operacionais, foi possível identificar a existência da premissa de que colaboradores envolvidos nesse ambiente devem estar qualificados e capacitados para que os resultados na construção dos controles e processos possam realmente vir a mitigar eventuais falhas ou riscos inerentes às operações das instituições envolvidas.

Há de se destacar também que o estudo identificou o setor privado como maioria nos estudos, evidenciando que este setor preza pela busca da eficiência em seus processos e procedimentos inerentes ao setor de compras, destaca-se também a exigência de uma melhor eficiência nos controles internos em instituições financeiras, uma vez que constatou-se que são escassos trabalhos nesse segmento.

De forma geral, neste contexto, tratando-se das literaturas abordadas, observou-se que a maioria dos estudos apresentou uma visão de que os controles internos aumentam o grau de confiabilidade por conta dos relatórios emitidos e o nível de segurança oferecido junto ao setor de compras, dando suporte aos gestores na tomada de decisões, além de interagir com as demais áreas para a consolidação dos dados. Para uma melhor avaliação dos controles internos no setor de compras de grandes organizações sugerem-se novos estudos, que visem maior detalhamento da eficiência de controle interno.

É necessário pontuar que este estudo possui algumas limitações, sendo o período analisado (2010 a 2020) e um único tema (Controles Internos). Todavia, novos estudos sobre o controle interno de vendas podem aumentar o escopo de análise para periódicos nacionais e internacionais. A partir de tudo o que fora anteriormente mencionado, é necessário destacar que a presente pesquisa visa contribuir para a discussão acerca da temática abordada, não pretendendo esgotar o assunto, mas servir de fonte para que novas pesquisas surjam, a partir dos temas supracitados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, J. E. F. Revolução tecnológica no mundo dos negócios e algumas oportunidades e desafios na área contábil. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.14, n.2, p.27-39, 2020.

ALVES, B. H. D.; RIBEIRO, J. S. Controle interno aplicado as grandes empresas: um diferencial competitivo. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.75-83, 2014.

ANDREOLA, M.; FLORIANI, O. P. Controles Internos: um estudo de caso abrangendo as áreas de compras, estoques e qualidade. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 2, n. 1, p. 51-58, 2011.

AMORIM, E. N. C.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.31, n.3, p. 23-35, 2012.

ARRUDA, D. G.; ARAUJO, I. P. S.; BARRETTO, P. H. T. Auditoria contábil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

. Auditoria: conceitos e aplicações. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BAILY, P. et al. Compras princípios e administração. São Paulo: Atlas, 2000.

BARBOSA, T. A. M. Os sistemas de controles internos utilizados nas contas a receber das empresas de comércio de autopeças. **Revista Contabilidade e Finanças,** São Paulo, v.2, n.1, p.44-51, 2012.

BEUREN, I. M.; ZONATTO, V. C. S. Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. **Rev. Adm. Pública [online]**, Rio de Janeiro, v.48, n.5, p.1135-1163, 2014.

BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CAMPOS, A. J. C. A Gestão da cadeia de suprimentos. 1 ed. Curitiba: IESDE, 2010.

CARLSSON-WALL, M.; KRAUS, K.; LIND, J. As interdependências dos controles intra e interorganizacionais e das práticas de trabalho. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 313-329, 2011.

CARVALHO, V. L.; OLIVA, E. C. Prevenção a fraudes em empresas industriais de autopeças na região do ABC. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 1-12, 2016.

CARVALHO, C. M.; MARIANO, R. P. Controle interno: uma abordagem teórica. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 34-39, 2010.

CASTRO, P. R.; AMARAL, J. V.; GUERREIRO, R. Implantação de controles internos. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 30, n. 80, p. 186-201, 2019.

CASTRO, W. A. S.; ROCHA, A. M..; OLIVEIRA, A. A. M. Sistema de gerenciamento e controle Interno: uma análise dos escritórios de contabilidade de Belo Horizonte. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v.5, n.11, p.23-37, 2011.

COGO, R. Controle interno nas empresas: relevância e aplicações. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.123-131, 2019.

COSTA, F. Introdução de materiais em sistemas informatizados. 1 ed. São Paulo: Editico Comercial Ltda., 2002

COUTO, H. L. G.; COELHO, C. Fatores críticos no comportamento do gestor público responsável por compras sustentáveis: diferenças entre consumo individual e organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 519-543, 2015.

COQUEIRO, L. A. Controle interno em empresas de médio e pequeno porte: importância de sua implantação. 1 ed. Goiânia: Lux, 2011.

COQUEIRO, L. A. Controle interno em empresas de grande porte. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.13, n.2, p.34-45, 2012.

CUNHA, P. R.; KLANN, R. C.; RENGEL, S.; SCARPIN, J. E. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n.10, p. 65-85, 2010.

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: cnceitos e aplicações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CRUVINEL, W. M. A importância do controle interno para as empresas comerciais. . **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.78-89, 2010.

DIAS, M.; COSTA, R. F. **Manual do comprador:** conceitos, técnicas e práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, J. A.; BARBOSA, T. A.; LOPES, L. M. S.; OLIVEIRA, N. S. As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial empresas. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.1, n.2, p. 13-19, 2014.

FARIAS, R. P.; DE LUCA, M. M. M.; MACHADO, M. V.V. A metodologia coso como ferramenta de gerenciamento dos controles internos. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 12, n. 3, pp. 55-71, 2010.

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P. R. A Controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo benefício. **Revista de Tecnologia Aplicada**, São Paulo, v.5, n.1, p.3-16, 2016.

FERNANDES, F. C; KROENKE, A.; SÖTHE, A. Uma visão atual do processo de controle e gerenciamento de riscos operacionais nos 10 maiores bancos brasileiros. **Revista de Informação Contábil**, Blumenau, v.4, n.2, p.1-20, 2010.

FERRARI, A. B.; DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A. Informações contábeis-gerenciais utilizadas por cooperativas da Serra Gaúcha e da região metropolitana de Porto Alegre como apoio aos controles internos. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.5, n.11, p. 87-106, 2011.

FERREIRA, C. D.; SILVA, G. C. A contabilidade como ferramenta gerencial no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do ramo de confecções e vestuário em Goiânia. XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 1.; 18., 2016, Porto de Galinhas. Anais [...]. Porto de Galinhas-PE, Brasil. 18 p. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4152/4153. Acesso em 10 out. 2020.

FRANCO, H.; MARRA, E. Auditoria contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, A. P. D.; REIS, J. A. C. Papel da auditoria interna nas empresas. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v.18, n.1, p.35-42, 2016.

FRUTUOSO, A. L. Sistema de controle interno em empresa familiar: um estudo de caso. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.29, n.1, p.76-82, 2011.

GALO, G.C.; BARBOSA, R.A.O. **Auditoria interna e externa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Univale, 2010.

GARCIA, O. P. G.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. **Revista Contabilidade e Finanças,** São Paulo, v.11, n.2, p. 133-153, 2014.

GOMES, A. O.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V. Sistema de informação de custos no setor privado. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.13, n.1, p.23-35, 2014.

GUEDES, V. L. S; BORSCHIVER, S. **Bibliometria:** uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação

científica e tecnológica. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6. Salvador-BA, 2005. Disponível em:

http://www.cinformanteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

HEINZMANN, L. M.; LAVARDA, C. E. F. Cultura organizacional e o processo de planejamento e controle orçamentário. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.5, n.13, p. 4-19, 2011.

HICKMANN, J. F.; RESKE, A. Controle interno nas organizações. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 13, n.2, p.33-41, 2015.

IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. São Paulo: Atlas, 2016.

JACQUES, E. A.; RESKE, A. Controle interno como suporte estratégico ao processo de gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.3, n.1, p.89-96, 2014.

JÚNIOR, E. S. C.; OLIVEIRA, J. R. S. Falhas de controle interno na microrregião de Feira de Santana apontadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.3, n.2, p.39-47, 2012.

KLANN, R. C.; MACHADO, D. D. P. N. Impacto da cultura organizacional no uso dos controles gerenciais de empresas metalúrgicas. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.5, n.12, p.90-108, 2011.

KOOPMAN,G. Controles internos de empresas de grande porte. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 7, n. 2, p. 8-21, 2011.

LEMES, L. M.; REIS, J. A. G. Controle interno nas empresas. Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v.14, n.1, p.25-31, 2013.

LEONE, N. M. C. P. G. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.34, n.2, p.91-94, 2011.

LIMA, A. C. R. Auditoria contábil interna como instrumento de apoio para gestão de empresas. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2011.

LIMA, A. N.; IMONIANA, J. O. Um estudo sobre a importância do uso das ferramentas de controle gerencial nas empresas industriais no município de São Caetano do Sul-SP. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.2, n.3, p.28-48, 2018.

LORENZONI, R.; VIEIRA, E. T. V. O controle interno e a auditoria como ferramenta de desenvolvimento nas micro e pequenas empresas. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-33, 2013.

MAIA, M. S. Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.1, n.1, p.54-70, 2015.

MELO, M. M.; SANTOS, I. R. Auditoria contábil. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017. 332p.

MORAES, V. F.; ARAÚJO, A. O. Características do controle interno nas empresas de serviços contábeis. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.4, n.1, p.34-41, 2016.

MORETTI, G. O controle interno como instrumento de apoio à gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.3, n1, p.23-32, 2008.

MÜLLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista Contabilidade e Finanças,** São Paulo, v.3, n.3, p.1-12, 2010.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. ARRUDA. Controladoria. São Paulo: Atlas, 2013.

NUNES, W. Sistemas de controle interno em empresas de grande porte. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.5, n.1, p.34-41, 2013.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems:** methods and examples. Paris: OECD, 1997.

OLIVEIRA, J. M. de; RIBEIRO, F. de S. A. et al. **Empresa júnior e a formação de empreendedores**. XXIII SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 1., 24., 2013, Recife. Anais [...]. Recife, Brasil. Disponível em: < http://www.spell.org.br/documentos/ver/39241/empresa-junior-e-formacao-empreendedora-de-discentes-do-curso-de-administracao>. Acesso em 10 out. 2020.

OLIVEIRA, M. K. A importância da matriz de riscos no planejamento da auditoria. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2015.

PADILHA, F. B. O controle interno como ferramenta de gestão: um estudo de caso em uma empresa de serviço. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.11, n.2, p.45-56, 2011.

PELEIAS, I. R.; ORNELAS, M. M. G.; HENRIQUE, M. R.; WEFFORT, E. F. J. G. Perícia Contábil: análise das condições de ensino em cursos de Ciências Contábeis da região metropolitana de São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.79-108, 2013.

PEREIRA, A. C.; NASCIMENTO, W.S. Um estudo sobre o desempenho da auditoria interna na detecção de fraudes em empresas privadas no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 1-15, 2015.

PEREIRA, A. N. Controles internos empresariais e gestão: visões e importância. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 27-44, 2013.

QUEIROZ, E. C. M. Controle Interno e Auditoria Interna como Instrumento de Apoio para Gestão de Empresas. 1 ed. Goiânia: Lux, 2009.

RAGHAVAN, K. Controles internos em organizações. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.8, n.2, p. 194-207, 2011.

RAMOS, D. ABNT NBR **ISO 9001:2015: a importância da auditoria interna na busca pela excelência**. Rio de Janeiro, 2017.

RECKZIEGEL,V.; SOUZA,M. A.; DIEHL, C.A. Práticas de Gestão de Custos por Organizações Localizadas no Noroeste e Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 13-19, 2012.

REHMAN, S. Estresse na vida do banqueiro: modelo de controle interno e demandas como preditores da participação nas atividades do funcionário. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 4, n. 9, p. 1679-1690, 2010.

RESKE, A.; JACQUES, E. A.; MARIAN, P. D. O controle interno como ferramenta para o sucesso empresarial. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 12, n.1, p.11-19, 2015.

REZENDE, S. M.; FAVERO, H. L. A importância do controle interno dentro das organizações. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.1, n.3, p. 33-44, 2014.

RIBEIRO, J. M.; DIAS FILHO, J. M. Aplicação de métodos quantitativos em auditoria: propostas para otimizar procedimentos e reduzir riscos. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.1, n.1, p. 43-59, 2010.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROZA, M.C.; MACHADO, D. G.; QUINTANA, A. C. Análise bibliométrica sobre auditoria interna em grandes organizações. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 59-72, 2011.

SANTOS, S. R. T. dos. Controladoria, Auditoria Interna e Controle Interno: o entendimento dos gestores. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.2, n.1, p. 103-114, 2014.

SANTOS, L. S. O controle interno e a gestão empresarial: um estudo de caso. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 38-45, 2016.

SANTOS, J. C.; VILAS BÔAS, G. K. E.; MORAES, L. S. A importância do controle interno na gestão das pequenas empresas: um estudo de caso realizado em uma empresa de pequeno porte, do ramo de consultoria na cidade de Barreiras – BA. Monografia. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB, 2019.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Fundamentos de Controladoria. Coleção resumos de contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M.A.S. **Manual de controladoria**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, A. C. M.; RIOS, R. P. Um estudo sobre o controle interno e o seu reflexo na contabilidade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 8, n.21, p.78-87, 2011.

SILVA, A.; CUNHA, P. R.; TEIXEIRA, S. A. Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.12, n.1, p.13-29, 2018.

SILVA, K. H. A.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; SOUSA, W. D.; BERNARDES, J. R. O controle interno na prevenção de fraudes: um estudo de caso numa mineradora. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 5, p. 43-68, 2015.

SILVA, G. S. Controle interno como ferramenta de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. Monografia. Faculdade de Juazeiro do Norte. Curso de Ciências Contábeis, 2019.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

VIDAL, D. C.; SILVA, A. H. C. A percepção dos auditores externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 18, n. 67, p. 57-67, 2016.

VIEIRA, M.R. A importância do controle interno na gestão empresarial das médias e grandes empresas. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p.27-35, 2016.

YOSHIDA, P. M. M.; REIS, J. A. G. Controle interno nas empresas. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v.32, n.4, p.98-107, 2012.

ZENCI, S. D. A importância dos controles internos para o gerenciamento e tomada de decisões em uma empresa do ramo de transportes. **Revista Contabilidade e Finanças,** São Paulo, v.24 n.1, p.19-27, 2019.